



Número: **0600754-20.2020.6.16.0071**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Roberto Ribas Tavarnaro**

Última distribuição : **18/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600754-20.2020.6.16.0071**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Divulgação de Pesquisa Eleitoral Sem Prévio Registro, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Folhetos/Volantes/Santinhos/Impressos, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600754-20.2020.6.16.0071, nos termos apontados o feito foi extinto, pelo que, reconhecendo a inadequação da via eleita, e consequentemente a ausência de interesse em processamento de Ação de Representação Eleitoral por divulgação de pesquisa irregular, julgou extinto o feito, sem análise de mérito com base no art. 485, I e VI combinado com art. 330, III do Código de Processo Civil. (Representação Eleitoral com pedido liminar manejada pelo candidato Maycon Rodrigo Rodrigues De Souza, em face de Irene De Alencar Nunes - Vereadora Do Município De Uniflor/Pr, objetivando a suspensão da divulgação propaganda irregular veiculada na internet, especificamente na rede social facebook e em meio físico. Afirma o requerente a requerida, na qualidade de vereadora, do município de Uniflor utilizou-se de seu prestígio para divulgação de propaganda eleitoral irregular em prol da candidatura de. Afirma que a representada divulgou pesquisa eleitoral inexistente e violou o art. 33 da José Bassi Neto Lei 9.504/97; conteúdo do material: "pesquisa realizada pelo povo aponta vitória de Zé Bassi e Luiz Ricardo em Uniflor (...)). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA (RECORRENTE)		WILSON DE JESUS GUARNIERI JUNIOR (ADVOGADO)	
IRENE DE ALENCAR NUNES (RECORRIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
38999316	09/07/2021 17:20	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548): 0600754-20.2020.6.16.0071

RECORRENTE: MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA

Advogado do(a) RECORRENTE: WILSON DE JESUS GUARNIERI JUNIOR - PR0048764

RECORRIDO: IRENE DE ALENCAR NUNES

RELATOR: ROBERTO RIBAS TAVARNARO

**DECISÃO**

**I.** Trata-se de Embargos de Declaração opostos por MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA em face do Acórdão nº 58.835 (id. 35439516) que, à unanimidade de votos, conheceu do Recurso e, no mérito, negou-lhe provimento.

O embargante alega que existe omissão, contradição e obscuridade no Acórdão. Assevera que, ao contrário do que foi reconhecido na decisão, no sentido de que o material entregue pela embargada seria mera propaganda eleitoral, o documento entregue trata-se de pesquisa eleitoral que impõe a aplicação da multa prevista no art. 33, §§ 3º e 4º da Lei nº 9.504/1997 (id. 36042266).

**II.** Nos termos do art. 31, II do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral, o presente Recurso pode ser decidido monocraticamente.

**III.** No caso em exame, os Embargos de Declaração opostos por MAYCON RODRIGO RODRIGUES DE SOUZA não comportam conhecimento, porque intempestivos.

É cediço que, nas Representações que seguem o rito do art. 96 da Lei das Eleições, o prazo para a oposição de Embargos é de 1 (um) dia, na forma do art. 24, § 7º da Res.-TSE nº 23.608/2019:

Art. 24. Após a vista do Ministério Público, os autos serão conclusos ao relator, que poderá:

[...]

§ 7º Os embargos de declaração serão opostos no prazo de 1 (um) dia, nos autos da representação, no PJe, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, facultado o oferecimento de contrarrazões em igual prazo.



Com efeito, o preceito inscrito no art. 275, § 1º do Código Eleitoral, que estipula prazo de três dias para oposição dos Embargos, cede à regra específica prevista no art. 96, § 8º da Lei nº 9.504/1997, relativamente à matéria por ela disciplinada.

Nesse sentido é o entendimento do TSE:

**6. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas para interpor recurso contra decisões proferidas em sede de representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96, § 8º, da Lei nº 9.504/97) se aplica aos embargos de declaração, não se exigindo que o julgamento da representação ocorra durante o período eleitoral. Precedentes.**

(AI nº 38605, Acórdão, Rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJE 30/06/2020)

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA NA INTERNET. RECURSO ELEITORAL INTEMPESTIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EXTEMPORÂNEOS. INTEMPESTIVIDADE REFLEXA. DESPROVIMENTO.

[...]

2. O TRE/PE, ao verificar que a sentença foi publicada no dia 15.8.2016, assentou a intempestividade do recurso eleitoral protocolizado em 17.8.2016, uma vez que o prazo recursal (24 horas) findou-se no dia 16.8.2016.

3. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no art. 96, § 8º, da Lei nº 9.504/97, contado da publicação da decisão, pode ser convertido em 1 (um) dia. Precedentes.

**4. Na linha da jurisprudência deste Tribunal, o prazo para a oposição de embargos de declaração contra acórdão de Tribunal Regional Eleitoral que aprecia recurso contra sentença em representação, fundada no art. 96 da Lei das Eleições, também é de 24 horas.**

5. Segundo a orientação assente nesta Corte Superior, "padece de intempestividade reflexa o recurso subsequente ao recurso interposto extemporaneamente" (AgR-AI nº 37375-51/DF, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 12.12.2016).

[...]

(REspE nº 4187, Acórdão, rel. Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJE 05/10/2017)



Na espécie, considerando que o Acórdão foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 102 em 31/05/2021 (id.35782816), os Embargos deveriam ter sido opostos até 01/06/2021, mas somente o foram em 07/06/2021, de forma intempestiva, portanto.

**IV.** Ante o exposto, com fulcro no artigo 31, II do RITRE, não conheço do Recurso interposto, diante de sua intempestividade.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

ROBERTO RIBAS TAVARNARO - RELATOR

